

O frontal de prata da igreja do Carmo de Belém do Pará: uma atribuição ao ourive lisboeta Manuel da Silva

Isabel Mayer Godinho Mendonça
Centro de Estudos de Artes Decorativas da Fundação
Ricardo do Espírito Santo Silva
Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa

RESUMEN: En este trabajo se analiza el magnífico frontal de altar de la iglesia del Carmen de Belém do Pará, una de las raras piezas de platería con estas funciones que aún existen en Brasil. Revelamos las circunstancias de la encomienda, probablemente debida a Hilário de Moraes Bettencourt, un rico hacendado de Pará y patrono de la iglesia, así como la autoría del frontal de plata, que se atribuye al orfebre de Lisboa Manuel da Silva (1682/1742).

Palabras clave: Carmelitas, letanías, frontal de altar, plata, orfebrería

ABSTRACT: The text analyzes the magnificent altar frontal in silver of the Carmelite church of Belém do Pará, one of the rare pieces with these functions still extant in Brazil. We reveal the circumstances of its order, probably due to Hilário de Moraes Bettencourt, a wealthy planter of Pará and patron of the church, as well as the authorship of the silver frontal attributed to the Lisbon goldsmith Manuel da Silva (1682/1742).

Keywords: Carmelites, litanies, altar frontal, silver, goldsmith

Dos numerosos frontais de altar em prata outrora existentes em igrejas portuguesas e brasileiras, quase todos dos séculos XVII e XVIII, pouco mais de uma dúzia chegou até nós. A cidade de Belém do Pará pode orgulhar-se de abrigar, ainda no local original há quase três séculos, uma destas raras e valiosas peças de ourivesaria: o frontal em prata do altar-mor da igreja de Nossa Senhora do Carmo ¹.

A decoração da capela-mor – o retábulo em talha dourada e o respectivo lambril de apoio em madeira pintada, imitando embutidos de mármore – data do reinado de D. João V e terá sido realizada por ocasião da inauguração da igreja do convento da Ordem do Carmo, que teve lugar a 15 de Julho de 1721.

1 Além do exemplar de Belém, encontramos apenas mais sete frontais em prata no Brasil e outros seis em Portugal. Em território brasileiro existem três em Salvador da Baía (na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, outrora na capela do Santíssimo e hoje na capela-mor, na capela-mor da igreja do convento do Carmo e no Museu de Arte Sacra, este último acompanhado de um sacrário e de uma banquetta também em prata) e quatro no Rio de Janeiro (nas igrejas do convento e da Ordem Terceira do Carmo, da Irmandade Terceira do Santíssimo Sacramento e do Desterro da Lapa). Em Portugal encontramos três destes frontais nas Ilhas Adjacentes (na sé de Angra do Heroísmo, na igreja matriz da Horta, que foi o antigo colégio dos jesuítas, e no altar da capela de S. José da sé do Funchal, que terá vindo de outra igreja da ilha da Madeira) e os restantes no Norte do país: na sé de Lamego, na igreja de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães e, finalmente, na capela do Santíssimo da sé do Porto, onde faz parte de um conjunto que integra ainda o retábulo, o sacrário e um pequeno banco, tudo em prata.

Os religiosos carmelitas, instalados em Belém havia quase um século em local pouco distante da actual igreja ², mudaram-se naquela data para o novo templo, com festividades de tal magnificência que mereceram notícia na *Gazeta de Lisboa*, o semanário da capital do Reino, que as relatou vários meses depois ³. As cerimónias, que incluíram a solene trasladação do Santíssimo Sacramento e da imagem da padroeira da Ordem, prolongaram-se por três dias, com o seu ponto alto no dia de Nossa Senhora do Carmo, que se celebra a 16 de Julho.

A construção do novo templo iniciara-se em 1696, com o lançamento da primeira pedra pelo então governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, António de Albuquerque Coelho de Carvalho ⁴. Desinteligências entre a Ordem e o bispo do Maranhão levaram a uma longa interrupção das obras, apenas retomadas em 1708, já no reinado de D. João V.

Três décadas e meia depois da sua celebrada inauguração, a igreja foi objecto de nova campanha de obras, de que resultou o seu aspecto actual. Em 1756, com efeito, recebeu uma nova fachada em cantaria, toda desenhada e talhada em Lisboa, para cuja montagem em Belém foram expressamente contratados os mestres pedreiros lisboetas Manuel Gomes e Jerónimo da Silva ⁵. Mas as coisas não correram bem, e o previsto embelezamento da igreja ser-lhe-ia quase fatal: o adossamento da fachada ao edifício existente causou danos consideráveis à estrutura da nave, que ameaçava ruir.

Para resolver o problema, os carmelitas recorreram ao arquitecto bolonhês António José Landi, que poucos anos antes chegara ao Pará, integrado como desenhador na Comissão de Demarcação de Fronteiras ⁶. Landi concebeu um novo projecto para a igreja, mantendo a fachada de pedra recém-chegada do Reino e substituindo a nave, insusceptível de reparação. Redesenhou igualmente a capela-mor, embora esta não tivesse sofrido danos, criando por um novo espaço de forma quadrangular, rematado por uma cúpula, com cupulim, no lugar da abóbada existente ⁷.

2 Os frades carmelitas ergueram o seu modesto cenóbio de Belém em casas de taipa, edificadas em terrenos que lhes foram doados por intervenção do capitão-mor Bento Maciel Parente em 1627, pouco depois da chegada da Ordem ao Pará.

3 Podia ler-se no jornal: “*Chegarão cartas da Capitania do Pará com a noticia de haverem os Religiosos da Ordem de N. Senhora do Carmo edificado huma Igreja nova, pouco distante da antiga, que tem na Cidade de Belem, cabeça daquela Provincia, & haverem trasladado para ella em 15 de Julho deste anno com huma solemmissima procissão o Santissimo Sacramento da Eucaristia, e a imagem da Virgem Nossa Senhora, celebrando com tres dias de festa solemne esta trasladação, a que assistirão todo o Clero, Religiosos, Nobreza, e povo, estando em todo este tempo exposto o Santissimo com Jubileo; o que tudo se faz por ordem e direcção do Reverendissimo Padre Mestre Frei Victoriano Pimentel, Vice-Provincial da mesma Ordem em todo o Estado do Maranhão, Commissario do Santo Officio, Deputado da Junta das Missoens, Provisor e Governador daquele Bispado*” (*Gazeta de Lisboa*, 1721, n.º 45, p. 360).

4 António de Albuquerque Coelho de Carvalho foi governador e capitão-mor do Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 17 de Maio de 1690 e Junho de 1701; desempenhou igualmente os cargos de governador de S. Paulo e das Minas do Ouro, do Rio de Janeiro e de Angola, onde veio a falecer em 1725.

5 Em Abril e Maio de 1756, o procurador da Ordem na Província e Vigararia do Maranhão, frei André da Piedade, assinou contratos em Lisboa com estes dois pedreiros, com vista ao transporte e montagem da fachada em Belém. Manuel Gomes vivia nas Olarias e Jerónimo da Silva “*junto ao forno do Tijolo*”. O contrato inicial para a construção da nova fachada datava de 24 de Julho de 1750 e fora celebrado entre frei Manuel de Santo Elias, procurador da congregação de Belém, o mesmo Manuel Gomes e outro canteiro de Lisboa, José Pereira. Por ajuste lavrado em notário nessa data, os dois mestres comprometeram-se a talhar a cantaria necessária para a obra. José Pereira era irmão de Manuel da Assunção Pereira, frade carmelita em Belém do Pará, e terá apenas colaborado na preparação da cantaria em Lisboa, não tendo seguido para o Brasil. Cfr. Direcção-Geral dos Arquivos/Torre do Tombo (TT), *Cartório Notarial n.º 1*, Caixa 114, Livro 535, fls. 92v-93v, Caixa 115, Livro 540, fls. 49-50, e Caixa 112, Livro 523, fls. 19-20. Cfr. também I. M. G. MENDONÇA (2003), documentos 50 (I e II) e 52.

6 Cfr. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diário da Viagem Philosophica (...)*, 40. *Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de S. Joseph do rio Negro, com a informação do estado presente dos estabelecimentos portugueses na sobredita capitania, desde a villa capital de Barcellos, até à Fortaleza da barra do ditto rio – Participação 1ª*, fl. 28. Veja-se I. M. G. MENDONÇA (2003), documento 134.

7 Existem ainda os projectos de Landi englobando a nave e a capela-mor não construída. Cfr. Biblioteca do Museu Nacional (Rio de Janeiro), Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, *Prospectos de Cidades, Villas, Povoações, Edifícios, Rios, Cachoeiras, Serras, etc., copiados no Real Jardim Botânico*, e I. M. G. MENDONÇA (2003), figs. 244-246.

A nova e definitiva versão do templo foi inaugurada a 7 de Julho de 1766 ⁸, mas não correspondeu integralmente ao projecto do artista bolonhês. Estão lá a nave e os altares laterais por ele desenhados, mas a cúpula não chegou a concretizar-se, mantendo-se até hoje a capela-mor da igreja carmelita com o seu retábulo joanino, tal como estava desde 1721. No centro, no rosto do altar, figura o seu magnífico frontal de prata.



*Figura. 2. A capela-mor da igreja do Carmo de Belém do Pará com o seu retábulo em madeira entalhada, a pintura do lambril imitando embutidos de mármore e o frontal em prata da mesa do altar.
Foto: Isabel Mendonça*

Figura. 1. Igreja do Carmo de Belém do Pará. A fachada principal, desenhada e talhada na capital do Reino, foi montada em Belém pelos mestres pedreiros lisboetas Manuel Gomes e Jerónimo da Silva em 1756. Foto: Isabel Mendonça

A CAPELA-MOR JOANINA E O SEU MECENAS

A manutenção da capela-mor da igreja carmelita (contrariando o projecto unitário de Landi, que previa a construção de um novo retábulo) pode explicar-se, para lá de eventuais dificuldades orçamentais, pela sua função de capela funerária do mecenas da obra joanina, o coronel Hilário de Moraes Bettencourt ⁹. Senhor de engenho e proprietário abastado, era um dos quatro filhos de Manuel de Moraes Bettencourt ¹⁰, ele próprio beneficiário de vastas sesmarias no Pará, provavelmente descendente de uma das famílias franco-flamengas que inicialmente povoaram os Açores e deste arquipélago passaram para o Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII ¹¹.

⁸ Biblioteca da Ajuda (BA), 54-XI-27, *Memória das pessoas que desde o princípio da conquista governaram as duas capitânicas do Maranhão e Grão-Pará, anno de 1783*, fl. 20v. Cfr. I. M. G. MENDONÇA (2003), p. 387.

⁹ “Bettencourt” afigura-se hoje a grafia mais corrente. Este apelido, de origem francesa, aparece sob variadíssimas formas na documentação relativa à família, desde o termo original, com um ou dois “t”, até “Bittencourt”, “Bitancourt” ou mesmo “Bitancor”, entre outras.

¹⁰ Falecido em 1696, fora proprietário dos engenhos de Juaçu e de Itapicuru, ambos no rio Acará, cujas capelas eram consagradas a Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora do Carmo, respectivamente. Cfr. M. BARATA (1921), p. 19.

¹¹ São conhecidas várias migrações de colonos dos Açores para o Pará durante o século XVII. Sobre este assunto veja-se R. CHAMBOULEYRON (2010).

A 15 de Julho de 1718, o coronel e sua mulher, Catarina Teresa de Vasconcelos, celebraram uma escritura com o vigário provincial da ordem do Carmo, frei João Coelho: os religiosos cediam-lhes o direito de padroado sobre a capela-mor que então se construía, em troca de várias esmolos já recebidas, a maior das quais de 30 000 cruzados, obrigando-se ainda os padroeiros a concorrer no futuro, “*por si e seus successores*”, com metade dos gastos que se fizessem com a capela-mor “*em o seu guizamento e asseio*”, mesmo no caso de ter que ser mudada para outra parte ¹².

Hilário de Moraes Bettencourt pertencia a “*huma das nobres e principais familias*” da Capitania do Pará, como se afirmava na carta de mercê régia em que lhe foi concedido o cargo de coronel do Regimento de Milícias do Pará, datada de 28 de Setembro de 1707. Neste documento são referidos vários serviços prestados à Coroa para justificar a concessão da mercê: entre outros, o fornecimento de materiais e de mão-de-obra escrava para a construção de fortalezas em Belém, a condução de artilharia ao Cabo do Norte e a armazenagem da pólvora e dos mantimentos necessários à viagem de sete meses ao sertão do governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, o mesmo que lançou a primeira pedra da igreja do Carmo ¹³.

Do que se sabe sobre o coronel, destaca-se a sua devoção à Virgem, em especial a Nossa Senhora do Carmo: foi ele quem construiu as duas capelas dos engenhos do pai no rio Acará, uma com a invocação de Nossa Senhora do Rosário e a outra dedicada a Nossa Senhora do Carmo, além da capela de Nossa Senhora do Desterro no seu próprio engenho, nas cabeceiras do mesmo rio. À Virgem do Carmo era também dedicada a capela que mandou erigir em Cametá, onde estava sediado o seu morgado de Carapajó ¹⁴.

Hilário faleceu a 31 de Maio de 1731 e foi sepultado, conforme o seu desejo, na capela-mor da igreja do Carmo, em cujo pavimento se pode ainda ver, do lado do Evangelho, uma lápide com as suas armas ¹⁵ e uma inscrição em que é referida a data da sua morte ¹⁶. A sua mulher, embora voltasse a casar durante a viuvez, viria a ser sepultada no mesmo carneiro, alguns anos mais tarde ¹⁷.

12 Cfr. BNRJ, Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diário da Viagem Philosophica (...)*, fls. 39, 40, fl. 28. Vide I. M. G. MENDONÇA. (2003), documento 134.

13 TT, *Registo Geral de Mercês*, Livro 2º, fl. 436.

14 TT, *Ofícios e Mercês*, Lº 32, fl. 237; *Chancelaria de D. João V*, fls. 184 e 184v. Cfr. também M. BARATA (1921), passim.

15 Agradeço ao Doutor Miguel de Metelo Seixas a descrição e os seguintes comentários sobre as armas de Hilário de Moraes Bettencourt:

“*Escudo de formato francês moderno, esquartelado: I e III, armas de Moraes: partido, 1. [de vermelho] uma torre torreada [de prata, aberta e fenestrada de negro] assente num cômodo ondado [de prata e de azul], 2. [de prata] uma amoreira arrancada [de verde] assente num cômodo ondado [de prata e de azul]; - II e IV, armas de Bettencourt: [de prata] um leão [de negro] armado e lampassado [de vermelho], assente num cômodo ondado [de prata e de azul]. Elmo de grades, voltado, com correias; paquife e virol; timbre: a amoreira do escudo.*”

“*As armas representadas na lápide da sua sepultura foram compostas segundo o modo usual na época, ou seja, tomaram-se os apelidos do armígero e recorreu-se a uma fonte em circulação para definir as armas que comporiam o escudo, provavelmente um armorial como o de António de Vilas-Boas e Sampaio, verdadeiro sucesso editorial. Existem várias irregularidades na representação das armas de Hilário de Moraes Bettencourt que mostram não ter havido carta de armas atribuída pela autoridade heráldica da Coroa, mas apenas armas assumidas. O estatuto de nobreza de que gozava Hilário ter-lhe-á permitido assumir estas armas. O ordenador das armas de Hilário terá sentido alguma dificuldade em conjugar num esquartelado umas armas partidas com outras plenas, e acabou por dispor à dextra as de Moraes e à sinistra as de Bettencourt, vendo-se então obrigado a duplicar estas, de forma a que o escudo pudesse ser visto como um esquartelado*”.

16 A inscrição está hoje bastante danificada, mas foi lida cerca de 1784 por Alexandre Rodrigues Ferreira, que dela deixou a seguinte transcrição: “*Sepultura perpetua de Hylario de Moraes Bitencourt, e de sua mulher D. Catharina Thereza de Vasconcellos, primeiros padroeiros desta Capella-mor deste Convento de Nossa Senhora do Carmo, e dos mais padroeiros seus successores, varão de notoria bondade, e conhecida nobreza, cidadão desta cidade, e Coronel da Ordenança do Estado. Faleceo em 31 de Mayo de 1731*”.

17 Cfr. M. BARATA (1921).



Figura. 3. A lápide sepulcral de Hilário de Moraes Bettencourt, no pavimento da capela-mor da igreja do Carmo. Foto: Isabel Mendonça

Tendo morrido sem descendência, sucedeu a Hilário no padroado da capela-mor o seu sobrinho João de Moraes Bettencourt, filho do seu irmão Luís¹⁸. Segundo testemunhou em 1784 Alexandre Rodrigues Ferreira,

*“(...) por virtude da mesma Escripura foi chamado ao morgado e padroado o Mestre de Campo João de Moraes Bitencourt, que actualmente existe, por ser filho de Luiz de Moraes Bitencourt, irmão do instituidor, que o chamou a elle, e a seus successores no cazo, que se verificou, de morrer sem successão”*¹⁹.

O FRONTAL EM PRATA DO CARMO

O frontal em prata do altar-mor da igreja do Carmo, enquadrado por uma moldura em madeira dourada, reveste a face anterior da mesa de altar. Esta, por sua vez, assenta numa plataforma de tabuado, com dois degraus de acesso. Sobre a mesa do altar apoia-se um sacrário em madeira dourada e entalhada, de fabrico mais recente, em comparação com o retábulo da capela-mor²⁰.

18 A 18 de Setembro de 1735, João de Moraes Bettencourt pedia “alvará de suplemento de idade (...) para poder tomar conta e entrega das legitimas de seus Pais e de toda a herança, e legados que lhe tiverem sido deixados por qualquer testador”. Cfr. Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa (AHU), *Pará*, Cx. 18, Doc. 1660. O sobrinho de Hilário Bettencourt ocupou ainda os cargos de capitão-mor de Cameté (cfr. AHU, *Pará*, Caixa 39, Doc. 3199) e de mestre-de-campo do Pará (cfr. BNRJ, Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diário da Viagem Philosophica (...)*, fls. 28, 39 e 40). Veja-se I. M. G. MENDONÇA. (2003), documento 134.

19 *Diário da Viagem Philosophica (...)*, cit., fl. 38.

20 Uma fotografia da capela-mor da igreja do Carmo, publicada por frei André Prat em 1941, mostra uma dupla banqueta, aparentemente em madeira pintada, sobre a mesa do altar-mor. O lambril em que assenta o retábulo apresentava-se então pintado com sugestão de marmoreados. Estas alterações foram certamente fruto das obras de restauro levadas a cabo, após a instalação da Ordem dos Salesianos no convento do Carmo, pelo padre Ângelo Cerri, que encontrou a igreja “no mais completo abandono”. Cfr. Frei A. PRAT (1941), pp. 180-181.

Como acontece com outros frontais em talha dourada²¹, em azulejo²², em mármore embutidos ou mesmo em escaiola, o frontal de prata copia a composição dos frontais têxteis, apresentando um campo de cinco panos, fronteira “franjada”, sebastos e barra inferior. Compartimentando os panos do campo, dividindo a fronteira e delimitando a barra inferior, encontramos sugestões de ricas passamanarias e de bordados aplicados, em prata dourada, aqui e acolá ainda ornados com peças semicirculares, aparentemente em vidro colorido, azul e violeta. As aplicações que delimitam os panos do campo e da fronteira escondem as junções das várias placas em prata que compõem o frontal, cravadas sobre um suporte em madeira recentemente restaurado.

No pano central do campo, em grande destaque, figuram as armas coroadas da Ordem do Carmo. A meio dos panos laterais, dos dois lados do símbolo carmelita, encontramos emblemas marianos aplicados, em prata dourada: a torre de David e a fonte selada, do lado esquerdo, e apenas a arca de Noé do lado oposto, por ter desaparecido o emblema do pano seguinte. Na fronteira subsistem uma estrela, encimando as armas da Ordem, uma palmeira e uma oliveira, também em prata dourada, do seu lado esquerdo, tendo desaparecido os emblemas do lado oposto e ainda os elementos que centram os dois panos das extremidades, alinhados com os sebastos. Nestes, estão ausentes as cabeças dos serafins, de que apenas restam as asas, e sinais de outros motivos decorativos neles cravados, que já não é possível reconstituir. Finalmente, perderam-se vários elementos aplicados nas bordas dos panos, sugerindo elementos florais bordados, bem como as três estrelas que habitualmente figuram no monte simbólico do Carmelo e os vários ornamentos, provavelmente em vidro colorido, a que já fizemos referência.

Todos os emblemas presentes no frontal são marianos, com alusões e louvores à Virgem Maria. Segundo as ladainhas ou litânias lauretanas, orações ou súplicas à Virgem associadas ao ritual mariano do santuário do Loreto, em Itália, Ela é a “estrela da manhã” (pois anuncia a luz que virá ao mundo através de Cristo, seu filho), a “arca de Noé” (pois salvou a humanidade da destruição, gerando Cristo) ou a “torre de David”, símbolo de torre inexpugnável, fortaleza de Jerusalém. No Cântico dos Cânticos, a Virgem é referida como a “fonte selada” (*fons signatus*)²³, e no Livro de Jeremias como uma “bela oliveira”²⁴. Finalmente, as várias flores e frutos que surgem em todo o frontal, com especial incidência no pano central, constituem uma clara alusão ao Monte Carmelo (“carmelo” significa *jardim*), amplamente referidos no “Flos Carmeli”, hino entoado por S. Simão Stock depois de ter recebido o escapulário das mãos da Virgem.

21 Cfr. R. SMITH (1963), pp. 155 a 158.

22 Cfr. J. MECO (1998). Este autor identifica as várias técnicas e as distintas tipologias formais e decorativas utilizadas nos frontais de altar em azulejo.

23 “Tu és (...) a minha irmã, a minha noiva, um jardim cercado, uma fonte selada” (“Cântico dos Cânticos”, 4, 12).

24 “O Senhor deu-te o nome de uma bela oliveira” (“Jeremias”, 11, 16).



Figura. 4. A parte central do frontal do Carmo. Foto: Isabel Mendonça



Figura. 5. Frontal do Carmo, lado direito. Foto: Isabel Mendonça



Figura. 6. Frontal do Carmo, lado esquerdo. Foto: Isabel Mendonça

Toda a superfície das placas em prata que compõem o frontal é profusamente repuxada, gravada e cinzelada. A barra que o remata inferiormente, constituída por uma sucessão de pequenas cartelas

rematadas com folhas de acanto, contas e pontas de diamante, é ainda uma herança da “obra de laço” maneirista de influência flamenga. Mas nos cinco panos da peça repetem-se os motivos decorativos característicos da arte joanina (enrolamentos contracurvados, volutas em “C” e em “S”, fitas, borlas, conchas, grandes rosetas), a que se associam laçarias com folhas de acanto, “pendurados” e já algumas “gradinhas”²⁵, revelando uma influência da linguagem de Jean Bérain.

Este famoso decorador de Luís XIV revolucionou a ornamentação na corte francesa através da sua linguagem leve e inovadora, reproduzida em numerosas gravuras, que assim permitiram a sua rápida difusão por toda a Europa. O ourives e gravador alemão Johann Leonard Eysler, activo por volta de 1697 em Nuremberga, onde veio a falecer em 1733, foi um dos artistas divulgadores da linguagem de Bérain. No conjunto de desenhos de sua autoria que passou a gravura, intitulado “*Neu inventierte Festonen von Fruechten und Blumen mit Laub und Bandel-Werck*”²⁶, repetiu as laçarias e volutas misturadas com folhas de acanto, de onde pendem os festões de flores e frutos que tanto sucesso tiveram nas artes decorativas no barroco inicial. Na série intitulada *Goldschmiedische Baendel-Arbeit*, utilizou a malha de laçarias com acantos para composições destinadas a trabalhos de ourivesaria²⁷. Estas gravuras eram bem conhecidas em Portugal, sendo admissível que nelas (ou noutras semelhantes, de gravadores contemporâneos) se tivesse inspirado o autor do frontal de prata de Belém²⁸.

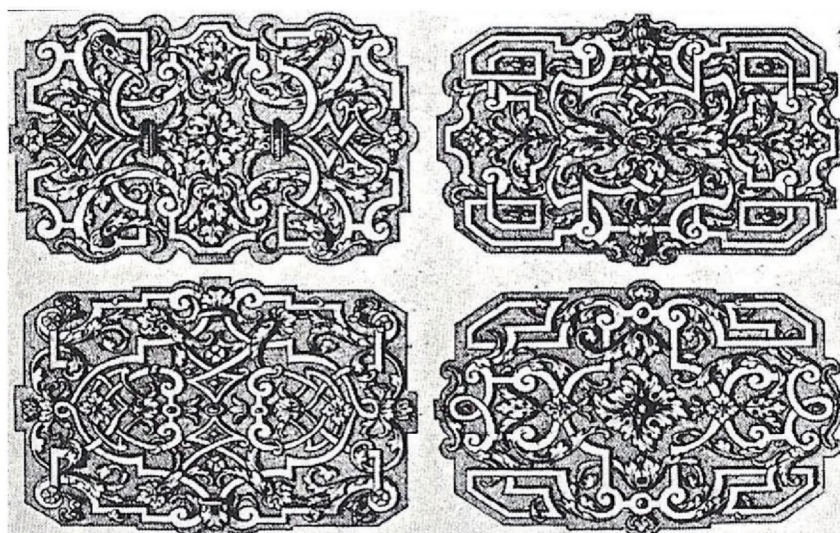


Figura. 7. Composições de Johann Leonard Eysler, c. de 1700, em “*Goldschmiedische Baendel-Arbeit*”, impr. por Jeremias Wolff em Augsburg (em „*Ornament und Entwurf*“, Frankfurt am Main: *Museum für Kunsthandwerk*, nº 80, p. 113).

25 Estes elementos decorativos, compostos por uma rede losangular decorada com motivos miúdos, que preenchem os fundos, viriam a conhecer uma extraordinária popularidade e divulgação na época da Regência francesa e no período rococó.

26 Estas gravuras foram publicadas por Johann Christoph Weigel em Nuremberga. Cfr. E. HANEBUTT-BENZ (1983), figura nº 79, p. 112.

27 Esta série, igualmente desenhada e gravada por Eysler, foi publicada pelo gravador de Augsburg Jeremias Wolff, outro dos grandes divulgadores da linguagem de Bérain. Cfr. E. HANEBUTT-BENZ (1983), figura nº 80, p. 113.

28 Deve-se a Marie-Thérèse Mandroux-França a chamada de atenção para o papel dos editores do Sul da Alemanha na divulgação da linguagem de Bérain. Cf. M. T. MANDROUX-FRANÇA (1974).

O OURIVES LISBOETA MANUEL DA SILVA (1682/1742)

O frontal de prata da igreja do Carmo apresenta em várias zonas, outrora ocultadas por ornatos entretanto desaparecidos, a marca de ourives “MS”, inventariada por Moitinho de Almeida como L-442, atribuível ao prateiro lisboeta Manuel da Silva. Este sinal encontra-se, no frontal, associado à marca de um ensaiador municipal de Lisboa não identificado, inventariado por Moitinho de Almeida como L-24, datável de fins do séc. XVII a meados do século seguinte.

O mesmo ourives “MS”, desta vez associado às marcas dos ensaiadores municipais de Lisboa L-20 e L-19/23, surge também como autor de outros objectos de ourivesaria sacra e profana anteriormente identificados por Moitinho de Almeida²⁹, que analisaremos mais à frente.



Figura. 8. “Teste da burilada” e marca do ourives MS (Manuel da Silva?). Foto: Isabel Mendonça



Figura. 9. Marcas de ensaiador municipal de Lisboa não identificado (L-24) e do ourives MS (L-442) (Manuel da Silva?). Foto: Isabel Mendonça



Figura. 10. Marca de ensaiador municipal de Lisboa não identificado (L-24). Foto: Isabel Mendonça



Figura. 11. Marca do ourives MS (L-442) (Manuel da Silva?). Foto: Isabel Mendonça

²⁹ Do ourives “MS”, o Eng^o Fernando Moitinho de Almeida mencionou duas salvas e uma naveta, datáveis entre 1728 e 1741. Cf. F. M. ALMEIDA (1995), pp. 79 e 157. Sobre a distinção entre os ofícios de contraste e de ensaiador municipal, veja-se o esclarecedor estudo de G. V. SOUSA (2004).

O perfil do ourives Manuel da Silva pode ser reconstituído através de duas fontes documentais: o processo de habilitação a familiar do Santo Ofício do seu genro João de Carvalho Albernaz, como ele ourives da prata, natural do lugar da Boavista e “*baptizado na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres da villa de Aljubarrota*”³⁰, e ainda os documentos publicados por Eduardo Freire de Oliveira referentes ao cargo de aferidor de pesos e medidas do ano de 1742, posto a lanços pelos juízes do ofício da prata e arrematado pelo próprio Manuel da Silva³¹.

Através das inquirições realizadas no âmbito do processo de habilitação de João de Carvalho Albernaz, datado de 1761, e porque era necessário provar a limpeza de sangue da filha que com ele vivia, Elitéria Francisca Xavier, da mãe desta (já falecida) e dos seus avós maternos, ficámos a conhecer os principais elementos de identificação do ourives Manuel da Silva, os seus registos de nascimento e casamento, os locais onde residiu e uma extensa lista de ourives que com ele privaram.

Manuel da Silva nasceu – e viveu durante quase meio século – na freguesia do Santíssimo Sacramento da cidade de Lisboa, onde foi baptizado a 20 de Novembro de 1682. Era filho de António da Silva e de Maria dos Santos, moradores na mesma freguesia, “*por baixo da Igreja*”. A 8 de Fevereiro de 1705 casou na sua igreja paroquial com Isabel Maria Caetana, de quem só 14 anos depois, em 1719, teve uma filha, Inácia Francisca Xavier. O casal vivia então na Rua da Oliveira, perto do Largo do Carmo, a algumas dezenas de metros da casa onde nascera o ourives, muito provavelmente na mesma casa onde vira a luz Isabel Caetana, de acordo com a sua certidão de baptismo. Só em 1740, no registo de matrimónio de sua filha, Manuel da Silva surge a residir com a mulher noutra zona da cidade, na freguesia da Madalena, em cuja igreja paroquial tinha sede a irmandade dos ourives da prata sob a invocação de Santo Elói³², e nas imediações da rua dos Ourives da Prata, onde provavelmente tinha loja.

Através dos documentos reunidos nos arquivos municipais de Lisboa e transcritos por Eduardo Freire de Oliveira ficamos a saber que Manuel da Silva esteve presente a 9 de Dezembro de 1737 na reunião dos ourives da prata que teve lugar na Casa do Despacho de Nossa Senhora da Assunção, na qual foi decidido “*arrendar o officio da aferição dos pesos (...) a quem por elle mais der*”. Foi assim que, a 6 de Dezembro de 1741, Manuel da Silva pagou 760\$000 pelo cargo de aferidor “[*d*] os pesos e balanças no dito anno que tem seu principio no primeiro de Janeiro de 1742”. Por ter falecido durante esse ano, sucedeu-lhe no cargo o genro, à época também ourives, o já referido João de Carvalho Albernaz.

A sucessão não foi pacífica e, de resto, Albernaz não continuaria a exercer o ofício durante muito mais tempo após a morte do sogro, de quem se tornou herdeiro. Alguns anos mais tarde, quando pretendeu ser familiar do Santo Ofício, já se retirara com a filha menor para a vila da Pederneira, perto da sua terra natal, onde vivia desafogadamente, “*com muita distinção*”. Importa reter, sobretudo, que Manuel da Silva era certamente um ourives bem cotado na sua classe e de condição

30 João de Carvalho Albernaz era então capitão de Ordenanças da vila da Pederneira, onde vivia “*com muita distinção sendo proprietario do offico de Escrivão das Madeiras do Pinhal Real*”. Cfr. TT, *Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações*, João, Maço 117, Doc. 1871, Habilitação de João Carvalho Albernaz. Este processo é referido por G. V. S. SOUSA (2009), pp. 54, nota 97, e 57. Existem numerosos processos de habilitação de ourives a familiares do Santo Ofício, sobretudo nos sécs. XVII e XVIII, e maioritariamente na cidade de Lisboa, mostrando bem como os ourives da prata tiveram sempre um estatuto social distinto dos oficiais mecânicos, com um papel de destaque na “Casa dos Vinte e Quatro” e nas representações dos concelhos em cortes.

31 Cfr. E. F. OLIVEIRA (1904), pp. 131 a 158, e J. C. GOMES (1942).

32 Em rigor, neste período, a confraria dos ourives da prata estava dividida, por dissídios antigos, entre a igreja da Madalena, onde se mantinha a capela de Santo Elói, e a nova igreja de Nossa Senhora da Assunção, situada na próprio arruamento da profissão, onde os ourives igualmente se reuniam. Cfr. L. C. BORGES (1996).

abastada, como se extrai de ter podido desembolsar um montante tão elevado por um cargo que seria certamente bastante apetecido.

Não foi possível localizar o contrato de encomenda do frontal que terá realizado para a igreja do Carmo de Belém do Pará, se acaso existiu, nem as condições em que terá sido cumprido³³. O principal cronista da Ordem do Carmo em Portugal e seus domínios, frei José Pereira de Santa Ana, não refere a igreja de Belém nos dois primeiros volumes da obra que publicou, reservando-a certamente para o terceiro volume, que ficou inédito, e cujo manuscrito, que se encontrava no convento do Carmo em Lisboa, desapareceu na voragem do terramoto de 1755. Se tivesse sido impresso, este último volume referente ao Brasil conteria certamente alguma descrição deste magnífico frontal, a avaliar pelas informações circunstanciadas e rigorosas sobre a decoração e o recheio de outras igrejas da Ordem do Carmo que frei José Pereira nos legou nos dois primeiros tomos da sua *Chronica*³⁴.

Apesar desta lacuna documental, a relação profissional de Manuel da Silva com os carmelitas não oferece dúvidas. Para além da existência de outras peças de ourivesaria por ele executadas para a Ordem, acresce uma razão de proximidade que é sugestiva para quem conhece Lisboa: a freguesia do Sacramento, onde Manuel da Silva viveu a maior parte da sua vida, articula-se em torno do Largo do Carmo, à época dominado pela mole imponente do principal convento da Ordem em Portugal, reduzido pelo terramoto de 1755 às ruínas que ainda hoje nos impressionam em pleno centro da capital. Nado e criado a poucos metros da sua entrada principal, não surpreenderia que o ourives tivesse estabelecido relações pessoais com os religiosos carmelitas, passando a executar encomendas para a Ordem eventualmente intermediadas pelo convento de Lisboa, como poderá ter sido o caso do frontal de Belém.

OUTRAS OBRAS ATRIBUÍVEIS AO OURIVES MANUEL DA SILVA

Assumindo que sejam suas as iniciais “MS”, são ainda escassas as peças associadas ao ourives Manuel da Silva. O Eng^o Moitinho de Almeida, a quem se deve um trabalho sistemático de identificação e catalogação de marcas de ourives e de ensaiadores municipais portugueses e brasileiros³⁵, localizou apenas três salvas, uma naveta e um cálice com aquela marca³⁶. Estas duas últimas alfaias litúrgicas são para nós de particular interesse, pelas ligações que podem ser estabelecidas com o frontal da igreja de Belém.

A naveta em prata, recentemente vendida num leilão em Lisboa³⁷, mostra elementos florais aplicados no corpo e na tampa, que tem gravadas as armas coroadas da Ordem do Carmo. A marca de ourives “MS” (L-442) é acompanhada pela marca de ensaiador de Lisboa L-24. Pertenceu certamente a um templo carmelita, corroborando a ligação entre a Ordem do Carmo, o ourives e o mesmo ensaiador que nos surge no frontal de Belém.

33 O historiador belenense Ernesto Cruz refere o seguinte, a propósito da igreja do Carmo: “*O altar-mor, o mesmo da igreja desmoronada e reconstruída em 1766, trabalhado em prata, e uma das obras mais notáveis do tempo, [foi] mandado lavar em Portugal, de onde vieram as pedras de lioz empregadas na construção*”. Cfr. E. CRUZ (1963), pp. 200-202, e E. CRUZ (1953), pp. 9-11. Ernesto Cruz terá tido acesso a algum documento existente no Arquivo Público do Pará, que então dirigia?

34 Frei J. P. SANTA ANA (1751).

35 Expresso aqui ao Eng^o Moitinho de Almeida o meu reconhecimento pela amabilidade com que me recebeu e me transmitiu preciosas indicações sobre as peças por ele identificadas.

36 Uma das salvas foi vendida por Leiria e Nascimento, a 27 Março de 1996, e a outra pela leiloeira Cabral Moncada, em Março de 2006 (leilão n^o 79, peça 984); uma terceira salva pertence ao Museu do Traje, em Lisboa.

37 A naveta foi vendida pelo Correio Velho, em Lisboa (leilão n^o 98, Março de 2002).



Figura. 12. Naveta em prata lisa com as armas coroadas dos carmelitas. Vê-se uma marca de ensaiador de Lisboa não identificado (L-24) e a marca de ourives “MS” (L-442), que pode corresponder a Manuel da Silva

O cálice, em prata dourada, pertenceu à antiga igreja de Nossa Senhora do Socorro em Lisboa, demolida em 1949, e faz hoje parte do património móvel da igreja paroquial de S. João de Deus, também em Lisboa³⁸. Apresenta na orla da base a marca “MS” (L-442), um pouco sumida, e a marca de ensaiador de Lisboa L-19/23, igualmente pouco nítida.

Da igreja do Socorro veio uma outra alfaia litúrgica, um cibório, sem qualquer marca, mas com características formais e decorativas que permitem atribuí-lo ao mesmo ourives e à mesma época de fabrico. Igualmente em prata dourada, tem aproximadamente as mesmas dimensões do cálice, uma idêntica modinatura dos elementos constituintes e uma linguagem decorativa semelhante, traduzida por um dinâmico trabalho de repuxado, comparável ao que caracteriza o frontal de Belém: borlas, pendurados, idênticos elementos vegetalistas (acantos e motivos florais), cabeças de meninos aladas e os característicos elementos em “C” e em “S” tão caros ao barroco joanino.

³⁸ A igreja, pluricentenária, derrubada a pretexto de uma duvidosa operação urbanística que nunca se concretizou, situava-se no actual Largo de Martim Moniz, vasto espaço arrasado onde apenas sobreviveu a capela de Nossa Senhora da Saúde. A igreja de S. João de Deus, inaugurada em 1954, recebeu várias alfaias e dois arcazes da demolida igreja do Socorro.



Figura. 13. Cálice em prata dourada da antiga igreja do Socorro, actualmente na igreja de S. João de Deus, em Lisboa. Vê-se uma marca de ensaiador de Lisboa não identificado (L-19/23) e a marca de ourives “MS” (L-442), que pode corresponder a Manuel da Silva. Foto: Isabel Mendonça



Figura. 14. Cibório em prata dourada da antiga igreja do Socorro, actualmente na igreja de S. João de Deus, em Lisboa. Peça sem marcas, atribuível ao ourives lisboeta Manuel da Silva. Foto: Isabel Mendonça

Não ficam por aqui as pontes com a peça paraense. Tal como aparece na barra inferior do frontal de Belém, também no cibório se destaca um ornato que é ainda uma herança da linguagem maneirista: uma cartela derivada da “obra de laço” flamenga, terminando em acantos enrolados, aqui centrados por motivos ovais. E, se é certo que os elementos decorativos associados a Jean Bérain ainda não estão presentes nas duas alfaias provenientes da igreja do Socorro, a verdade é que já aparecem numa das salvas com a marca “MS”, recentemente vendida no mercado leiloeiro ³⁹.

A análise da linguagem decorativa do frontal de Belém do Pará e o confronto com as outras obras com a mesma marca de ourives permitem supor que a realização do frontal será sensivelmente contemporânea das peças que se encontram em Lisboa. Não muito distante, portanto, da data do falecimento de Hilário de Moraes Bettencourt, que no contrato firmado alguns anos antes se comprometera a financiar as despesas da obra da capela-mor “*em o seu guizamento e asseio*”.

Apesar de já não estar completo, o frontal de prata da igreja do Carmo de Belém do Pará é um notável testemunho, que felizmente chegou aos nossos dias, de muitos outros revestimentos de mesas de altar já desaparecidos, outrora realizados por mestres ourives portugueses e brasileiros. Substituindo ou complementando os frontais têxteis de cores variadas utilizados ao longo do ano litúrgico, os frontais em prata, pelo carácter precioso da matéria-prima de que eram feitos, contribuíram para o enriquecimento das igrejas onde se guardavam – e, neste caso, para engrandecer o património, já de si valioso, da capital do Pará no domínio da arte sacra.

39 A salva vendida pela leiloeira Cabral Moncada em Março de 2006 (ver nota 36, supra).

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ARQUIVOS

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (AHU):

Pará, Cx. 18, Doc. 1660; Caixa 39, Doc. 3199;

Biblioteca da Ajuda, Lisboa (BA):

54-XI-27, *Memória das pessoas que desde o princípio da conquista governaram as duas capitânicas do Maranhão e Grão-Pará, anno de 1783*;

Biblioteca do Museu Nacional, Rio de Janeiro (BMN):

Colecção Alexandre Rodrigues Ferreira, *Prospectos de Cidades, Villas, Povoações, Edifícios, Rios, Cachoeiras, Serras, etc., copiados no Real Jardim Botânico*;

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Secção de Manuscritos:

Colecção Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de S. Joseph do rio Negro, com a informação do estado presente dos estabelecimentos portuguezes na sobredita capitania, desde a villa capital de Barcellos, até à Fortaleza da barra do ditto rio – Participação 1ª*;

Direcção-Geral dos Arquivos/Torre do Tombo, Lisboa (DGARQ-TT):

Cartório Notarial nº 1, Caixa 114, Livro 535, fls. 92v-93v, Caixa 115, Livro 540, fls. 49-50, e Caixa 112, Lº 523, fls. 19-20;

Registo Geral de Mercês, Livro 2º, fl. 436;

Ofícios e Mercês, Lº 32, fl. 237;

Chancelaria de D. João V, fls. 184 e 184v;

Santo Officio, Conselho Geral, Habilitações, João, Maço 117, Doc. 1871, Habilitação de João Carvalho Albernaz.

OBRAS IMPRESSAS

ALMEIDA, F. M. (1995) – Fernando Moitinho de Almeida. *Marcas de Prata Portuguezas e Brasileiras (séc. XV a 1887)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995;

BARATA, M. (1921) – Manuel Barata. “Efemérides Paraenses”. *Revista do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*, tomo 90, 1921;

BORGES, L. C. (1996) – Leonor Faria Calvão Borges. “Directorio Pratico” de José da Silva Gomes: *leitura e edição*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado policopiada, 1996;

CHAMBOULEYRON, R. (2010) – Rafael Chambouleyron. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém do Pará: Ed. Açai / Centro de Memória da UFPA, 2010;

CRUZ, E. (1953) – Ernesto Cruz. *Igrejas de Belém*. Belém do Pará: edição comemorativa do 6º Congresso Eucarístico Nacional, 1953;

CRUZ, E. (1963) – Ernesto Cruz. *História do Pará*. Belém do Pará: Universidade do Pará. 1º vol., 1963;

Gazeta de Lisboa. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1721, nº 45;

GOMES, J. C. (1942) – João Rodrigues da Costa Gomes. “Subsídio para a História dos Pesos e Medidas em Portugal: a aferição dos pesos e balanças da cidade de Lisboa e seu termo”. *Anuário de Pesos e Medidas*, nº 3, 1942;

- HANE BUTT-BENZ, E. (1983) – Eva-Maria Hanebutt-Benz. *Ornament und Entwurf*. Frankfurt am Main: Museum fuer Kuensthandwerk, 1983;
- MANDROUX-FRANÇA, M. T. (1974) – Marie-Thérèse Mandroux-França. “Information artistique et *mass-media* au XVIII^e siècle: la diffusion de l’ornement gravé rococo au Portugal”. Actas do Congresso *A Arte em Portugal no século XVIII*, separata da revista *Bracara Augusta*, vol. XXVII, fasc. 64(76). Braga: Câmara Municipal de Braga, 1974;
- MECO, J. (1998) – José Meco. “Frontais de azulejo quinhentistas e seiscentistas”. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 92, 2^o tomo, 1998;
- MENDONÇA, I. M. G. (2003) – Isabel Mayer Godinho Mendonça. *António José Landi (1713/1791) – Um artista entre dois continentes*, Lisboa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003;
- OLIVEIRA, E. F. (1904) – Eduardo Freire de Oliveira. *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, Imprensa da Casa Real, tomo XIV, 1904;
- PRAT, Frei A. (1941) – Frei André Prat. *Notas Históricas sobre as Missões Carmelitas no Extremo Norte do Brasil, sécs. XVII e XVIII*. Recife, 1941;
- SANTA ANA, Frei J. P. (1751) – Frei José Pereira de Santa Ana. *Chronica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, do Algarves, e seus dominios*. Lisboa: Officina dos herdeiros de Antonio Pedroso Galvão, 1751;
- SMITH, R. (1963) – Robert Smith. *A talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1963;
- SOUSA, G. V. (2004) – Gonçalo de Vasconcelos e Sousa. “Os *homens da prata* no Porto: os ofícios de contraste e de ensaiador da prata (1750-ca. 1830)”. *Armas e Troféus* (Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte), IX série, pp. 107-136;
- SOUSA, G. V. (2009) – Gonçalo de Vasconcelos e Sousa. *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. História e Sociabilidade (1750-1800)*. Porto: ed. do autor.